



DL-01

Ses. Esp. 19/10/12

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, com o objetivo de discutir o tema Resíduos Sólidos e Ambiente Saudável, proposta por mim.

Convido os palestrantes que farão parte da Mesa: Sr. Dr. Renavan Andrade Sobrinho, Superintendente de Saneamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, representante do governo do Estado da Bahia; Sr. Deputado Federal Josias Gomes; Sr^a Márcia Jurema Magalhães Trócoli, Superintendente da Conder; Sr^a Dr^a Fabiana Almeida de Miranda, Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública; Sr^a Dr^a Karine Guedes, Promotora de Justiça do Ministério Público; Sr. Jorge Araújo da Virgens, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Lauro de Freitas; Sr. Ubiratan Santana Bárbara, representante da Comissão Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis; Sr^a Lezineide Andrade, Diretora da Empresa Limpeza Pública de Camaçari – Lipec; quero, inicialmente, agradecer a todos e a todas que, nesta manhã, se dedicaram a estar presentes nesta sessão especial, para debater este tema tão importante no nosso Planeta Terra, no nosso ambiente. Tão logo eu tenha os nomes das instituições e das pessoas que estão aqui presentes, farei o registro.

Digo que a iniciativa de debater esse tema, de autoria do nosso mandato, se deu por conta de que em todas as regiões, seja aqui nesse grande centro urbano, Salvador, como também nas cidades menores do interior da nossa Bahia, por onde passamos, por onde desenvolvemos o nosso trabalho político, percebo que há um acúmulo muito grande de resíduos sólidos. Muitos de nós, na linguagem popular, chamamos: lixo ou lixão. Sabemos que são sobras de materiais, muitas vezes, usados e descartados, não serve, no nosso entendimento, para estar dentro da nossa casa ou próximo de nós, acumulam em vários lugares, trazendo problemas sérios para o nosso meio ambiente.



Percebo, também, que para cada uma desses matérias que foram preparados, industrializados, houve por traz disso uma grande mão de obra de trabalhadores e trabalhadoras. Inclusive, a exploração da natureza para que se pudesse produzir material para preparar sacolas plásticas, caixas, garrafas *pet*. Ou seja, os minerais, os materiais que estão na natureza são de toda forma explorados; em algumas situações, exauridos para constituir esses materiais que servem para acomodar tudo que consumimos, transportamos e estão presentes nos nossos dias, em nosso ambiente, na nossa convivência diária.

Convidei os doutores, entendidos da matéria, convidei os trabalhadores que, no dia a dia, catam, guardam e trabalham com esse material, e convidei também as autoridades políticas, nosso deputado federal Josias Gomes, os nossos diretores de órgãos públicos do Estado da Bahia, para que possamos contribuir com nosso olhar, nosso pensar em como as políticas públicas do Governo Federal e Governo Estadual têm integração com esse tema, e o que podemos fazer em relação às políticas públicas para que cada cidadão, além de tomar consciência do seu papel como responsável, tanto na produção como no tratamento, seja integrado às ações que o nosso Governo do Estado da Bahia e Governo Federal pensam sobre isso.

Temos conhecimento de que há uma farta legislação sobre isso, tanto legislação nacional como estadual, mas a lei pode se transformar em letra morta se os cidadãos, se as pessoas, se os órgãos não fizerem com que aquilo que está no papel se transforme em ações concretas no dia a dia. Esta sessão tem este objetivo.

Agradeço à minha assessoria que trabalhou muito. Sabemos que hoje é um dia especial na Bahia pois, além dessas atividades que estamos desenvolvendo na Assembleia, à tarde teremos a presença da nossa presidenta Dilma em Cajazeiras, primeira mulher presidenta do Brasil, para uma atividade importante da política do Estado da Bahia, mas, ainda assim, conseguimos convidar pessoas importantes que estão aqui conosco para tratar desse tema. Desde já, agradeço a todos e também à nossa assessoria. Em alguns momentos pensei em suspender a sessão, mas eles se mantiveram firmes, prepararam o material para que eu possa também contribuir com o nosso olhar sobre o tema.



Passarei a palavra para os nossos palestrantes que contribuirão com o trabalho que cada órgão já vem pensando e desenvolvendo, após o que, trabalharemos também as nossas ideias junto com a coletividade.

Agradeço aos alunos, à escola, à professora Jô que aqui está com toda participação. Logo o cerimonial trará a relação das instituições presentes para fazermos o registro.



4033-II

Ses. Esp. 19/10/12

Or. Renavan Andrade Sobrinho

Sessão Especial tratamento dos resíduos sólidos e ambiente saudável.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Passo a palavra à Dra. Márcia Jurema de Magalhães, superintendente da Conder, e, em seguida, para o nosso Renavan Sobrinho, superintendente do saneamento, haja vista que eles trouxeram material técnico a ser exposto no telão, que deve ser do conhecimento de todos nós. Depois, os demais também farão uso da palavra.

Por sugestão do Dr. Renavan, faremos uma troca. Ele fará uso da palavra primeiro, em seguida a Dr^a Márcia Jurema.

O Sr. RENA VAN ANDRADE SOBRINHO:- Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar toda a Mesa, na pessoa da nossa deputada Fátima Nunes. É muito importante estarmos, nesta manhã, numa discussão sobre o tema resíduos sólidos.

Na Mesa encontramos o Poder Legislativo, o deputado Josias, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os colegas da Conder, colegas dos municípios, o movimento dos catadores, para uma discussão muito importante sobre a questão dos resíduos sólidos.

Me estenderei talvez um pouco mais, deputada, passarei uns 20 minutos na apresentação. Como me foi passado que teríamos um grupo bastante heterogêneo, com diversos estudantes - nosso futuro, o futuro da nossa cidade e do nosso País – conhecer o tema resíduos sólidos é muito importante.

Alguns que apresentarão poderão falar de temas já conhecidos, mas, com certeza, para os estudantes, algumas coisas serão ouvidas pela primeira vez. Assim, faremos uma apresentação um pouco mais detalhada, para que a visão de vocês possa ser um pouco mais aberta sobre o tema.

(Apresentação de *slide*)



O tema da nossa sessão especial da manhã de hoje, promovida pela deputada Fátima Nunes, é resíduos sólidos e ambientes saudáveis. Temos de entender essa relação entre resíduos sólidos e o ambiente.

Qual foi o objetivo da solicitação de alteração? Primeiro, apresentarmos a política, ou seja, o planejamento de resíduos sólidos da União, Estado e Município, aqui, basicamente, o Estado da Bahia, depois a Conder, empresa executora do assunto resíduos sólidos no Estado da Bahia, apresentará as ações que está desenvolvendo, o que já vem fazendo de obras.

Conceituando ambiente saudável, saúde vem do latim, *salus*, *salute*, saudável quer dizer salubre, limpo. Saudável é o ambiente natural, que se encontra em equilíbrio, mediante controle das populações de espécies causadoras de doenças ou que veiculam vírus, bactérias ou fungos.

Ambiente saudável está relacionado com moradia digna, infraestrutura, ar limpo, áreas de lazer e conservação ambiental. Isso só para caracterizar um pouco ambiente saudável e sua relação com resíduos sólidos.

Trago essa imagem onde tem o homem e sua relação com o ar, com a água e com o alimento. Na relação do homem com a água, ele bebe, consome essa água e gera resíduo, e esse resíduo, o esgoto, pode gerar doenças; tem de ser coletado, tem de ser tratado. Da mesma forma, o ar. Respiramos oxigênio e devolvemos à atmosfera dióxido de carbono. Em relação ao alimento, o homem gera resíduos sólidos, sobre o que estaremos discutindo aqui. Temos efluentes líquidos e temos os resíduos sólidos, nosso tema de hoje.

Principalmente para os estudantes que talvez nunca tenham tido a oportunidade de estar num aterro sanitário ou num lixão, algumas fotos servem para que entendam um pouco sobre o que discutimos. Pessoas trabalhando, animais, roedores e, ali, um homem num barquinho, num rio ou lago cheio de resíduos sólidos.

Temos a lei nacional, a nº 12.305/10, que institui a política nacional de resíduos sólidos, e diz: resíduos sólidos é o material, substância, objeto ou bem descartado, resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede. Essa destinação final



se propõe proceder ou se está obrigada a proceder os estados sólidos ou semi-sólidos, bem como gases contidos em recipientes e líquidos que sejam enviáveis o seu lançamento em copos de água e que exijam soluções técnicas ou economicamente viáveis em função da tecnologia disponível.

Nesse *slide* tento caracterizar para vocês a relação ambiente saudável e resíduos sólidos, antes de entrarmos mais especificamente na política. A questão dos resíduos sólidos é um desafio posto para a sociedade, porque o Brasil e também a Bahia está em desenvolvimento e cada vez mais temos o consumo de matérias-primas. Temos uma geração crescente de resíduos sólidos com isso e temos cada vez mais o uso de materiais de difícil degradabilidade, por isso a inserção da coleta seletiva, a importância dos catadores, porque quando lanço um resíduo plástico, ele fica 200 anos na natureza até se decompor. Quando ligo uma fita ou vou ao supermercado eles entregam em um saco plástico.

A poluição e doenças associadas com gerenciamento inadequado gera poluição e conseqüentemente doenças e as áreas de disposição final cada vez mais estão próximas das cidades. É difícil encontrar um aterro sanitário hoje em um local distante das cidades. Cada vez mais as cidades vão se aproximando dos existentes e não existe mais área para construir. Então não pode estar dispondo isso. Trago esse desenho e ele amarra de uma forma mais ampla a questão dos manejos de resíduos sólidos com essas questões apontadas por mim aqui, envolvendo conservação e educação ambiental e essas questões que trazemos.

Aqui há uma caracterização para todos, 42% dos resíduos são dispostos em lixões, 75% dos municípios usam lixões no Brasil. Então, a questão dos resíduos sólidos não está controlada, ainda tem muito trabalho a se fazer, 600 mil catadores dos quais, apenas 35 mil estão organizados em cooperativas. Aí a gente traz o projeto de lei que a deputada Fátima Nunes estava falando.

Vamos tratar um pouquinho sobre a política nacional de resíduos sólidos, só o que interessa, porque temos na plateia deputados e prefeitos que sabem da importância do conhecimento. A política nacional de resíduos constituída pela lei nº 12305 de 2010 e passou 21 anos em tramitação no Congresso Nacional, por isso é importante que a deputada traga



esta questão, o Congresso tem que enxergar isso, os parlamentares têm que enxergar essa questão dos resíduos e ela foi regulamentada no mesmo ano pelo decreto nº 7.404. Tem uma interação com a lei nº 11.445, que é um marco regulatório do saneamento básico. É uma lei importantíssima e fundamental para o saneamento básico.

Dentro do saneamento básico, uma das vertentes, é a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos. Temos abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem e o manejo dos resíduos sólidos. É uma política ligada com a lei de crimes ambientais, o lançamento de resíduos sólidos nos lixões de forma inadequada e pode ser caracterizada como uma lei de crime ambiental e traz como foco principal na lei o encerramento dos lixões até 2014. A gente vê que ainda tem 75% dos municípios com lixões. Então tem muito trabalho para fazer.

Responsabilidade compartilhada – a Constituição Federal diz que a titularidade da prestação dos serviços é do município.

Dentro da política nacional de resíduos sólidos, a lei traz o seguinte: princípios, diretrizes, instrumentos, metas e ações buscam a parceria entre a união, estado e município. Isso visa à gestão integrada e gerenciamento ambientalmente adequado aos resíduos sólidos.

Então a política nacional já fala o que nós trouxemos para esta sessão especial de hoje, ou seja, o ambiente sustentável e saudável. Existem alguns paradigmas dentro da política nacional. Não entrarei em detalhes da lei, mas é uma questão de prioridade na gestão dos recursos hídricos, planejamento da gestão de resíduos, planejamento da gestão de resíduos sólidos, responsabilidade compartilhada, logística reversa, coleta seletiva e aterro.

Neste *slide*, nós trazemos uma coisa importante para vocês que estão iniciando no tema resíduos sólidos. Sabemos que muita gente, presente aqui, poderia estar, com certeza, fazendo esta palestra com muito mais conhecimento de causa. Uma questão importante nas ações de manejo de resíduos sólidos são os erres (R's). Em vez de se estar pensando em gerar os resíduos, tem de se pensar, cada vez mais, em não gerar o resíduo. Depois, tentar reduzir; posteriormente, reutilizar, reciclar, tratar; e, por fim, dispor desse resíduo.



Portanto a preocupação é não ter aterros ou não construir aterros cada vez maiores. Este é o objetivo principal da política nacional. A preocupação é, sim, trabalhar com reuso, reutilização e reciclagem.

Dentro disso, a principal ferramenta que a política estabelece são os planos nacional, estadual, microrregional e municipal de resíduos para o gerenciamento. Como eu vou fazer isso? Tenho de estudar e planejar as ações.

Trago, aqui, alguns artigos. O artigo 15 diz que a União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos com vigência por tempo determinado e em um horizonte de 20 anos. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas. Por isso a importância de estarmos, aqui hoje, discutindo. A deputada propôs esta sessão especial para discutirmos este tema.

A elaboração do plano estadual é condição para que o plano nacional disponibilize recursos para os estados federados. Então não é a questão de pedir dinheiro de qualquer forma. Há de se ter um plano, a fim de que a União disponibilize os recursos para os estados federados preferencialmente.

Da mesma forma, será priorizado o acesso aos recursos dos estados que instituírem microrregiões. Existe, também, a questão dos consórcios públicos de municípios. O resíduo sólido não poder ser tratado de forma isolada, pois cada município tem de pensar em seu próprio plano. Tem de se pensar em solução conjunta e agregada.

Há a etapa do município que traz o plano municipal de resíduos sólidos acerca da gestão integrada de resíduos sólidos. Observem, para que o município tenha acesso aos recursos da União, o município há de ter o seu plano municipal de resíduos sólidos. Em outras palavras, todo mundo tem de estar planejando ao mesmo tempo. A União dará primazia a quem estará com a sua meta planejada, a fim de passar os recursos – como disse antes – de forma prioritária.



Há um outro ponto importante para discutirmos. O parágrafo primeiro diz respeito à implantação da coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formado por pessoas físicas de baixa renda. Isso está na política nacional e faz parte de nossa discussão aqui.

Como já coloquei, o plano de resíduos sólidos está vinculado ao plano de saneamento básico. Não é? O plano de saneamento básico não contém as quatro vertentes incluindo os resíduos sólidos? Então o primeiro deve ser compatível com o segundo.

Responsabilidade compartilhada. Ou seja, a responsabilidade não é apenas nossa, de quem está consumindo e descartando resíduo. É também de fabricantes, de quem está importando e distribuindo, dos consumidores, das prefeituras, como titulares dos serviços públicos de limpeza urbana. Com que objetivo? Minimizar a geração dos resíduos sólidos e rejeitos, reduzir os impactos, melhorar a qualidade ambiental decorrente do ciclo de vida dos produtos.

A logística reversa – tema que eu estava discutindo recentemente – são os fabricantes, importadores e distribuidores obrigados a estruturar e implementá-la, mediante o retorno dos seus produtos após o uso, pelo consumidor. Onde é que enxergamos muito a questão da logística reversa? Em produtos como agrotóxicos, resíduos de embalagem, pilhas e baterias. Até já vemos muitos fabricantes de pilha colocando aquelas caixas sugerindo que se deposite ali pilhas e baterias de celular. Isso faz parte da política nacional referente à logística reversa para pneus, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos, etc.

Para implantar a política reversa, não tenha dúvida de que tenho de ter, primeiro, um acordo para os setores e uma legislação específica para tal, com o objetivo de se regulamentar essa política. Estava conversando com a Dr^a Karinny, antes do início desta sessão sobre isso. E um termo de compromisso de todos que participam da logística. Não adianta se implantar isso de qualquer forma, são necessários todos os acordos setoriais, envolvendo fornecedor, indústria e cliente. Não basta só convencer o cliente; é preciso trabalhar no produtor, na indústria e no fornecedor. Isso é acordo setorial.



A coleta seletiva e o aterro de rejeitos compõem a Política Nacional de Resíduos, para que haja a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, ou seja, o aterro de rejeitos. O que não pode mais ser reciclado, tenho de dispor, mas está lá no final da minha cadeia. Tenho de pensar em outras formas. Dispor no aterro é a última forma. Para isso, preciso trabalhar com resíduos reutilizáveis e recicláveis, devendo-se trabalhar muito com o sistema de coleta seletiva e logística reversa.

(Mostrando *slide*.) Temos aqui a imagem do processo de reciclagem. Essa pirâmide é importante – os estudantes estão enxergando isso pela primeira vez –, pois mostra que a disposição em aterro é a menos desejável, de acordo com a nossa política. É realidade. Tenho que trabalhar com três erres: reduzir, reusar e reciclar. Existem dissertações de mestrado que trabalham 10 erres. Ou seja, cada vez mais estamos pensando em não depositar em aterros, em não disponibilizar áreas cada vez maiores para se jogar esse resíduo. Desde a compra de uma latinha de cerveja ou de refrigerante até a relaminação de novas latas, com o retorno ao consumo. É esse ciclo fechado que importa.

A coleta seletiva envolve a separação e a destinação, conforme objetivos dos erres que falei. E quais seriam as soluções para os diversos tipos de resíduo. Não vai dar tempo de eu discutir isso tudo aqui. Estou tentando ser o mais breve possível, já me alonguei. Queria apenas detalhar um pouco a questão da filosofia dos erres: reduzir o consumo, reutilizar e repensar o uso.

Então, é isso que estamos discutindo, essa é a questão do projeto de lei da deputada que é importante trabalhar, e o governo do Estado está pensando nisso, está fortalecendo essa questão.

A questão dos catadores está lá na Política Nacional de Resíduos – há duas pontuações no decreto nº 7405, que cria o Programa Pró-Catador. É um momento especial dos resíduos sólidos que estamos comentando na política nacional. Temos o Estado, o Ministério do Meio Ambiente como coordenador, que já coloquei, e os recursos vindos por meio do Ministério das Cidades, Fundação Nacional de Saúde e Codevasf para a área de



Resíduos Sólidos. Hoje, estamos num momento diferenciado de resíduos sólidos no Brasil. A companheira Márcia Trócoli estará falando nisso, mostrará essas obras no Estado.

Queria tocar um pouco neste assunto, que é a questão da nossa Política Estadual de Resíduos Sólidos, deputada, que foi conhecida como Persólidos. Foi criado um grupo chamado GT Persólidos – um grupo democrático, participativo, sintonizado com a política, criado por meio de uma resolução do ConCidades, Conselho das Cidades, que fica na Secretaria do Desenvolvimento Urbano.

Quero mostrar alguns pontos: setenta membros, ou seja, pessoas do Movimento de Catadores, do Ministério Público, da Procuradoria Geral, universidades, discutindo o tema Resíduos Sólidos. A criação de Mecanismos para Publicidade... Quem quiser pode entrar neste site www.sedur.ba.gov.br. Se alguns dos alunos tiverem algum trabalho de escola para fazer, alguém interessado em ver o que se discutiu, pode entrar nesse site onde encontrará todas as atas de reunião, as minutas da política, apresentações, leis, decretos, tudo que foi discutido num ano de trabalho.

Foi elaborada uma minuta e divulgado isso numa consulta pública – foi feito um processo de consulta pública, videoconferência, reunião do Conselho de Meio Ambiente, audiência na Câmara Municipal de Salvador. Foram feitas 189 contribuições na consulta pública de toda a sociedade civil organizada, instituições... Esse documento foi submetido à Câmara Técnica de Saneamento, lá no ConCidades, no final de abril. Mostro nesse gráfico o período final, de fevereiro a março, no qual foi finalizado todo o processo com as reuniões da Seplan, consulta pública, videoconferência – tudo isso que falei –, em maio de 2011. Isso foi encaminhado para a Procuradoria-Geral do Estado, o anteprojeto de lei da Política Estadual de Resíduos Sólidos, e nós já já tivemos as considerações da Procuradoria-Geral do Estado, agora no mês de outubro, antes da nossa Conferência Estadual de Meio Ambiente, que aconteceu de segunda a quarta, aqui no Centro de Convenções. Uma coisa importante: vou aproveitar o momento aqui nesta Casa para pedir aos deputados a continuação do processo no âmbito do Poder Legislativo, ou seja, esse anteprojeto de lei passado pela PGE, como já passou, indo para a Casa Civil onde já está agora, virá, dentro em breve, para esta



Casa para discussão, e esperamos, o mais rápido possível, e acho que todos os presentes, o empenho na aprovação do anteprojeto e torná-lo a nossa Lei Estadual de Resíduos.

Está tudo no site www.sedur.ba.gov.br, onde tem a chamada Anteprojeto de Lei da Política, tudo isso que estou comentando. Quem quiser conhecer o anteprojeto de lei entra lá. Claro que ainda não está com as considerações finais da PGE- Procuradoria-Geral do Estado, mas está lá.

Uma coisa importante, já finalizando, é que a Política Estadual de Resíduos Sólidos não está de forma independente nem solta. Ela integra a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Diversidade e a Política Estadual de Saneamento Básico instituída pela lei 1.1172/2008.

Então é o fechamento de um ciclo no qual os órgãos superiores são o Cepam – Conselho Estadual de Proteção Ambiental – e o ConCidades – Conselho das Cidades. E os órgãos coordenadores são a Sedur – Secretaria de Desenvolvimento Urbano – que trabalha contra resíduos sólidos urbanos e a Sema – Secretaria do Meio Ambiente – aqui representada pelo companheiro Aldo, também com outros tipos de resíduos.

Vejam, esta questão do anteprojeto de lei é importante. Esta proposta de lei, encaminhada pela deputada, há de vir concatenada, ou seja, há de vir alinhada com o anteprojeto de lei e com a política nacional. Por isso estou trazendo este arranjo para que nós consigamos fortalecer isso, ou seja, fortalecer a questão dos catadores e, também, fortalecer a questão da coleta seletiva de forma alinhada com toda a política.

Concluindo, temos, aqui, a questão dos consórcios públicos. Esta é uma questão importante dentro do estado. Observem, os resíduos sólidos não são uma solução de cada município, mas são uma solução global ou geral. Então, não se pode pensar na cidade de Salvador sozinha. Há de se pensar, hoje, no aterro de Salvador trabalhando, ao mesmo tempo, com Lauro de Freitas e Simões Filhos. São três os municípios. E assim será em todo o estado da Bahia.

A colega Fátima falará um pouquinho sobre os projetos. Contudo o arranjo já é feito no estado. E, em nível de consórcio ou em nível de trabalho com consórcio, já se fez



tudo um arranjo da parte de resíduos do estado, ou seja, como isso se distribuiria entre os municípios.

Então, em relação aos recursos do PAC, o governo do estado já conseguiu – quanto a este assunto, Fátima detalhará um pouquinho – cerca de R\$ 2,7 milhões para projetos desses arranjos que citei no *slide* anterior. Pelo PAC I, isso já está em processo licitatório lá pela Conder. E pelo PAC II, são R\$ 8,3 milhões para projetos de resíduos sólidos no estado da Bahia. Fátima comentará isso também. Se alguém quiser, posteriormente, a lista desses municípios, eu posso passar, pois eu a trouxe hoje aqui.

Em relação aos planos de resíduos, nós já temos recursos garantidos no estado junto com o Ministério do Meio Ambiente para trabalhar junto com todos os que estão aqui discutindo neste plenário desta Casa através dos Planos Estaduais de Resíduos, os Planos do Litoral Sul – região de Ilhéus e Itabuna – e os Planos da Região Metropolitana de Salvador.

Lembrem-se do que eu disse anteriormente. Só se consegue dinheiro se tiver o quê? Plano! Então, o governo conseguiu esses recursos através do Ministério do Meio Ambiente. Existem um porém apenas para o Portal do Sertão, porque este ainda não está com os recursos empenhados pela Caixa. A ação se procede através do Ministério do Meio Ambiente junto com Caixa Econômica Federal. Está em ação e a ação é conjunta Sedur-Sema. Repetindo, a ação dos resíduos sólidos, no estado da Bahia, é uma ação conjunta entre a Sedur-Sema.

Para encerramos, existem algumas fotos do “Modelo Tecnológico”. Temos, aqui, o encerramento do lixão. Lembramos que, até 2014, teremos de estar com todos os lixões encerrados no estado.

Temos, aqui, uma foto da remediação do lixão de Canabrava. Esta outra foto se refere à recuperação do aterro no Rio de Janeiro. O lugar de compostagem é uma tecnologia. Quanto à unidade de triagem, Márcia pode detalhar, talvez, se tiver um pouco mais de tempo.

Há a questão dos postos de entrega voluntária. A nossa lei estadual trabalha em cima disso, ou seja, entrega voluntária por meio de coleta de resíduos da construção civil,



resíduos de poda volumosos. Há a estação de transbordo, porque se tivermos distâncias muito grandes, não se pode estar com um caminhão se deslocando por tanto tempo. Então há o transbordo e área de transbordo. Isso são só algumas fotos para vocês entenderem o que comentamos.

Há fotos de alguns aterros, resíduos de construção civil, aterros sanitários de pequeno porte e aterros sanitários convencionas. Temos, aqui, o aterro sanitário metropolitano de Salvador. Em algumas fotos, há como se operar um aterro sanitário e como funciona um aterro sanitário.

Quero agradecer esta oportunidade a vocês e à deputada Fátima Nunes. (Palmas) Achamos super importante esta discussão aqui hoje nesta Casa. Vejam, é como digo, a continuidade disso, ou seja, a discussão de todo este debate dentro de nosso estado passa, logicamente, por esta Casa. Espero que consigamos, o mais rápido possível, aprovar o nosso anteprojeto de lei ao transformá-lo em nossa lei estadual de resíduos sólidos.

Está aí, através do *slide*, o nosso e-mail. Qualquer dúvida, estaremos à disposição de vocês.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4034-II

Ses. Esp. 19/10/12

Or. Márcia Jurema Magalhães Tricoli

Sessão Especial tratamento dos resíduos sólidos e ambiente saudável.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Eu é que agradeço muito a participação e a apresentação do Dr. Renavan.

Estava conversando aqui com o deputado Josias Gomes que, na verdade, esse debate veio numa hora muito boa, já que temos que dar continuidade à legislação que virá para esta Casa. Desde já fique convidado para as reuniões da Comissão de Meio Ambiente. Sou membro dessa Comissão, o presidente é o deputado Adolfo Viana. Certamente, irei pedir na comissão para que o senhor volte mais vezes, porque, naturalmente, na comissão tem pelo menos oito deputados presentes, e isso precisa de votação, precisa de desenvolvimento.

Obrigada também pelas pessoas que atentamente, percebi, ouvia os oradores, cada um mais interessado. Queria também registrar a presença de Sônia Souza, coordenadora da União dos Bombeiros Voluntários da Bahia, de Lara Matos, coordenadora do Vida Melhor, da Superintendência de Economia Solidária do Estado da Bahia, registrar a presença de Sr. Roberto Carneiro da Silva, diretor da Escola Família Agrícola de Itiúba, e também de Jeovaldo Odilon de Oliveira, diretor-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itiúba, registrar a presença de Marlos André, prefeito eleito da cidade de Pindobaçu, registrar a presença de Netinho, prefeito eleito da cidade de Calderão Grande.

Registrar a presença da SEMA e do INEMA, que estão conosco e vão fazer uso também da palavra. De Wilson, diretor do DNOCS, do representante da Seagri e de todos os alunos do Colégio Estadual Prof. Rômulo Almeida. A nossa professora Jô, ali coordenando os trabalhos, da Juventude da Preservação Verde do Pirajá, do Comando de Policiamento Especializado aqui conosco, do Lar Santa Maria, da Cooperativa de Itiúba, com a nossa Irmã Mercês e da Cooperativa de Reciclagem, lá em Itiúba, mas na região de Camandaroba.



Registrar a presença da Sr^a Ana Rita, um nome estrangeiro no final e não dá para pronunciar, bem estrangeiro mesmo, e representando o coronel-aviador Maurício Carvalho Sampaio. Registrar a presença de Maria de Fátima Gutierre, representando o diretor da CAR, Dr. José Vivaldo.

Dando continuidade, vamos ouvir a Dr^a Márcia Jurema Trócoli, superintendente da Conder e também teremos uma apresentação que, certamente, o diretor da produção do vídeo já está colocando em pauta. Registrar também a presença de Paulo Souza Silva, da Executiva do PT de Jequié.

Portanto, a Bahia presente aqui neste momento o funcionário do DNOCS lá de Canudos. Então, tem Canudos, Itiúba, Jequié, Cícero Dantas, Adustina, a cidade de Salvador, tem o Litoral, enfim, a Bahia está aqui neste debate importante.

Com a palavra a Dr^a Márcia Jurema.

A Sr^a MÁRCIA JUREMA MAGALHÃES TRICOLI: - Bom-dia a todos e a todas, gostaria de saudar a Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes, saudar o deputado federal Josias Gomes aqui presente, os nossos colegas, um destaque especial para o meu amigo Ubiratan, que é o agente ecológico mais atuante, acho que dentro de Salvador ou no estado da Bahia como um todo, através do movimento nacional e também temos a presença do complexo aqui na plateia.

Acho que esse evento está superando as expectativas, porque nós temos, neste momento, uma presença maciça de jovens e acho que trazer jovens para testemunhar esse processo é uma importante ação de mobilização. (Palmas.)

Enquanto no estado, a nossa ação de estado ela fica muito restrita a quem está internamente trabalhando, a quem permeia por uma área técnica e, por vezes, vocês ficam muito alijados desse processo.

Então, acho que uma oportunidade como essa para os legítimos multiplicadores das nossas ideias técnicas são vocês e fico muito satisfeita de estar aqui falando, espero que vocês entendam o que é a apresentação, porque Renavam já deu uma aula e com isso me deixa até um pouco mais tranquila de dar continuidade.



Gostaria de apresentar um pouco a Conder. A Conder é um órgão executivo, do Estado, ela faz parte do sistema Sedur e é quem faz essa execução de resíduos sólidos no Estado da Bahia. E como Renavam falou, existe uma hierarquia nas ações de resíduos, isso instituído até pela Constituição, onde a União tem o seu papel de diretrizes macro com políticas através da Secretaria do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades ficou responsável pela implementação dessa política que vai-se dar através dos recursos do PAC, uma ação desse governo que a gente tem que valorizar.

Dentro do Estado da Bahia, ele já falou dessas esperas atuantes e dessas instituições que estão presentes e a Sedur como um planejador das ações específicas de resíduos sólidos como componente de limpeza. E na sequência vem a Conder como executora, quando é uma empresa e daí a facilidade para a execução, como executora das ações de resíduos sólidos dentro do Estado.

O que apresento para vocês? O programa de trabalho da Conder. Esse programa de trabalho da Conder é focado na implementação da política nacional, na linha de ação da Conder que prioriza projetos e obras de destinação.

Então, como vocês estão percebendo, quem planeja as obras, o que nós vamos fazer, é um planejamento maior que vem da secretaria. Quando isso chega na Conder, nós já estamos definido como vai-se dar essa regionalização dentro do Estado da Bahia e o que precisa ser feito, mas alguém precisa sair na frente e contratar essa operação. Temos que contratar quem vai elaborar o projeto, contratar quem vai fazer a obra, temos que fazer uma ação que acho extremamente importante que é a articulação com o município, que é o dono da área de resíduos, é o responsável, é o titular.

É bom ter aqui a presença dos prefeitos recém-eleitos, porque um dos nossos grandes problemas e parceiros são os prefeitos, porque eles têm que internalizar a importância dessa área de resíduos, haja vista que eles, realmente, é a comunidade é quem pressiona o município para atuar e a comunidade normalmente fica satisfeita quando o lixo sai de sua porta. Depois que ele sobe no caminhão as pessoas não sabem para onde o lixo



vai. Vocês sabem para onde o lixo de suas cidades vai, depois que sobe no caminhão? Se não subir no caminhão, você sabe que ele incomoda, porque não coleta, está ali na sua porta.

Então, é esse sentimento que a gente precisa despertar na comunidade, de que a responsabilidade do município e a nossa como cidadão não termina no momento em que esse lixo sobe no caminhão. Precisamos estar atentos, porque ele é feito, porque geramos tanto, o que podemos fazer para diminuir, é o que Dr. Renavam já falou.

Então, o que a Conder, hoje, está fazendo na área de resíduos sólidos? Temos umas linhas de ações aqui mais o destaque que trouxe que, é a requalificação de sistemas de limpeza urbana e manejo de resíduos, isso abrange todo o universo de ações e resíduos, porque entendemos que tem que trabalhar a área de resíduos de uma forma sistêmica. Não adianta você chegar no município, nós temos essa experiência, construir um aterro e ver que aquilo não vai para a frente, que vai se transformar, mais dia menos dia, num lixão. Por quê? Porque custa caro operar um aterro, porque depende da vontade política, depende de recursos também do município e, como já disse, a população não cobra, não funciona o controle social em cima do município.

Hoje estamos atuando em Ilhéus, onde demos um grande passo, porque chegamos num momento em que o aterro saiu, era um aterro, inicialmente, construído com o dinheiro de vocês, dinheiro público, e que se transformou em lixão e que nós recuperamos esse lixão para o estágio de aterro sanitário. Dentro desse aterro, quando se transformou em lixão, existia 80 famílias de catadores instaladas e que conseguimos, numa ação de negociação, a vantagem, eu acho, desse processo é essa, não foi uma ação impositiva de retirada, mas uma ação negociada de desocupação do aterro, porque entendíamos que era uma ação difícil, mas graças a Deus foi uma ação exitosa e estamos ainda lutando para consolidar esse êxito, porque estamos passando por um momento, também, muito especial de dificuldade, que é a substituição, a transição administrativa. Para quem trabalha na área sabe que, normalmente, os prefeitos quando não estão se reelegendo ou quando há descontinuidade administrativa abandonam principalmente essa área de resíduos, porque não é uma área de visibilidade nem de cobrança.



Estamos com algumas dificuldades porque para que esses catadores saíssem do aterro, mesmo que consolidados em cooperativas, precisávamos ter um momento em que daríamos um apoio especial, inclusive financeiro, para que eles atravessassem essa transição de ter a coleta seletiva e de poder sobreviver a partir daí como coletores ecológicos que são. Então, o que aconteceu? Estamos promovendo o bolsa-alimentação, uma bolsa-auxílio, e neste momento a prefeitura, por conta desse descompasso administrativo, não está tão empenhada nisso, e isso reflete na barriga do pessoal, e isso aí é preocupante e o Estado está se empenhando para ver como vai contornar essa ação e levar à frente.

Temos também projetos especiais, um que estamos trabalhando e que muito também nos gratifica é a Feira de São Joaquim, dentre outros, estamos trabalhando dentro da feira com uma ação de resíduos para que consigamos ter uma feira sanitária, ambientalmente adequada.

Programas especiais como o PAC I, PAC II e Prodetur. Por que quero falar um pouco desses programas especiais? Vou detalhá-los depois, mas eles são assim os pilares de implementação da política. Quando foi sancionada a lei da política ela estabelecia prazos, e esses prazos terminaram causando um impacto muito grande, porque se dizia que seria uma lei, como bem disse a deputada, que poderia se transformar numa lei morta, numa lei inócua, porque os prazos ou eles são respeitados ou terminam por desmoralizar a ação legal. Mas aí, o que acontece? O governo quando, na verdade, sancionou e implementou a lei de resíduos sólidos veio com o PAC para dar esse respaldo financeiro, porque sabe que os municípios não têm, para implantar os seus aterros sanitários de forma compartilhada, consorciada, regionalizada, como já foi dito pelo colega Renavam.

Bom, eu já falei aqui de Ilhéus, então eu posso até pular, mas eu quero alertar que dentro de Ilhéus foram feitas as seguintes ações: reforma do galpão de triagem, foi feito um projeto de captação percolados, águas pluviais e captação de gases, programa de inclusão socioproductiva e recuperação ambiental e funcional do aterro. O que está em roxo é o que já está consolidado, concluído, o outro é o que está em andamento.



Dentro da Feira de São Joaquim, o que nós estamos atuando: já foi elaborado e concluído o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, que é uma outra ação que a Conder vem perseguindo, não só nas suas obras, mas querendo ampliar para todas as obras de Estado, além de somente cumprir a exigência de licenciamento, criar um acompanhamento, que é um problema seríssimo, os resíduos de construção, por serem volumosos, de difícil disposição; programa de gestão do galpão de Água de Meninos, que é uma fase intermediária, então já se faria, como eu brinco, é o *Pit Stop* do pessoal, quando eles entram no galpão eles saem daquela condição de feirante e passam a ter uma condição que vai se transformando, a partir dali, inclusive com a educação ambiental, sanitária, acondicionamento correto, tem todo um processo que não é só uma transferência para outra realidade física, eles passam por um processo de educação; o plano geral da feira e um plano de mobilização social e educação ambiental.

Com isso, a gente transformou essa implantação num projeto XEPA 2-1-0; , 2- 1-0 realmente invertido, porque é a meta de redução. Nós temos um projeto, o XEPA 2, que é o de ação, o XEPA 1, de formação, e o XEPA 0, de transformação. Esse projeto, a gente espera consolidar todos aqueles produtos técnicos essenciais para a feira, porque a feira é uma obra emblemática dentro do governo do Estado, e transformar no XEPA, que é a implantação final, com a redução, para que a gente chegue somente no nível de rejeito. Porque a ideia que você vai trabalhar com aterro hoje, como o Dr. Renavam falou bem, é que você tem que perseguir, chegar ao aterro somente o rejeito, porque a vida útil desses aterros, gente, vai ganhar outra proporção. O que hoje chega pode ser reduzido a 20% num rejeito que não vai ter mais aquela condição de tanta insalubridade, de tanta coisa, porque o lixo zero é um pouco assim, é uma coisa que você tem que perseguir, mas como uma utopia, não é uma meta real, mas a gente sabe que podemos reduzir esse lixo que vai hoje em 80%, se a gente entrar na cadeia dos r's, que é reduzir a geração, reutilizar e reciclar, e mais r's que vêm pela frente. (Pausa).

Aqui é o que mais nos interessa. Esse eu deixei para o final, porque o PAC 1 é um instrumento da política. Com o PAC 1 tem duas sessões, que é o de Bom Jesus da Lapa e



Paulo Afonso-Casa Nova, nós vamos atender a 56 municípios com 123 intervenções. Essas intervenções se dão assim: encerramento de lixão, remediação de lixões em municípios com menos de 50 mil habitantes, aterros sanitários de pequenos porte mais unidades de compostagem, galpão de triagem, estação de transbordo, quatro aterros sanitários mais unidade de compostagem. Reparem que para atender 56 municípios nós só estamos propondo 4 aterros, que é a vantagem de se trabalhar otimizado por regionalização; remediação de mais lixões acima de 50 mil; PEV's, que são Pontos de Entrega Voluntária; requalificação de aterros já existentes – 4 -, e nós vamos atender com 8; e Ponto de Entrega Voluntária Central.

Esse projeto do PAC 1 já está aprovado pela Caixa Econômica. Ele já está, neste momento, na SEDUR aguardando somente finalizar os compromissos com a contrapartida, para que a gente inicie a licitação.

O PAC 2, por essas coisas que a gente não entende, terminou saindo antes do PAC 1, e o PAC 2 já está em licitação, com abertura prevista para o dia 20 de novembro, e já tive notícias de que muita gente está procurando. Então, estou muito satisfeita com esse edital. Vamos atender ao grupo 1 – Camaçari, ao grupo 2 – Irecê.

Eu sei que aqui têm pessoas interessadas em ver esses municípios, e a gente vai disponibilizar na Conder. São 222 municípios, 309 intervenções; são 117 encerramentos de lixão, remediação de menor, menos de 50 mil habitantes, 76; 43 aterros sanitários de pequeno porte, acompanhados de unidade de compostagem, está se discutindo se conjunta ou não; galpão de triagem, 12; estação de transbordo, 14; aterro sanitário mais unidade de compostagem, 20; remediação de lixão numa área de 50 mil habitantes; ampliação de aterros que são os existentes.

Ampliação de aterro de pequeno porte; beneficiamento de casca de coco, que era uma situação peculiar dessa região de Camaçari, num total de 309 intervenções. Então, vocês veem que o desafio da Conder, hoje, é muito grande, porque enquanto você está no campo do planejamento é uma coisa, mas na hora que parte para o campo da ação para licitar



esses projetos, futuramente essas obras, então a Conder vai precisar de reforço para atuar nessa área.

Mas estamos dispostos e com o apoio da Secretaria, vamos atuar bem. Temos também o Prodetur nacional. Independente do PAC, nós tivemos uma oportunidade de fazer uma captação junto ao BID, que é quem financia o Prodetur. Então, vamos atender 17 municípios. Nesse caso específico, com planos regionais de gestão integrada de resíduos e um programa, aí não é nem um plano, é uma coisa mais ampla. Um programa regional de inclusão sócio-produtiva de catadores de materiais recicláveis integrantes da economia solidária em 17 municípios. Esse programa do Prodetur tinha uma ação limitada no entorno da Baía de Todos os Santos.

Portanto, nesses 17 municípios, vamos promover cadastro de catadores, programas de inclusão social via coleta seletiva. Com isso, o Prodetur e os PACs, o estado, através da SEDUR- Conder, estará cobrindo 70% dos seus municípios. Num universo de 417, é uma ação ousada, mas estamos apoiando. Precisamos do apoio dos municípios, até porque o planejamento é inerente, é específico do município.

Então, o nosso risco, a nossa contribuição vai se dar nessa linha de projetos e obras e para captação de obras vamos precisar que os municípios tenham seus planos. Então, quem não estiver sendo contemplado com os planos via SEDUR, os municípios vão ter que se aparelhar, porque o planejamento do município é indelegável, e promover a elaboração dos seus planos de resíduos sólidos, para que a gente possa captar no momento de obra, porque agora é só de projetos.

Por fim, a Conder criou, dentro de sua escritura, um centro de referência em resíduos, onde hoje estamos trabalhando num sistema de informações referenciadas sobre resíduos sólidos, pensando na organização de palestras, seminários, disseminar mais esse conhecimento que hoje está muito restrito, porque a gente se atropela no momento de trabalhar com ação muito objetiva, muito prática do projeto Ioba, a construção de um acervo técnico-científico



Nós já fizemos o lançamento de uma revista em pauta no mês de maio e temos inscrição de anualmente fazer uma publicação sobre textos, sobre atualizações sobre a área e intercâmbio de informações atualizadas. Então, é essa a proposta da Conder em consonância como eu falei, inicialmente, e esperamos contar com o apoio dos municípios, o apoio das secretarias, a gente sabe que conta, e, principalmente, com esse aval social de vocês, que vão fornecer esse controle que a gente tanto precisa.

Gostaria que agradecer a todos, agradecer a atenção e me colocar à disposição na Conder. Meu nome é Márcia Trópoli, sou superintendente de resíduos sólidos, as pessoas me conhecem lá. Então, vocês podem me procurar. Eu tinha colocado na apresentação, mas como ficou falha, terminou não passando o meu e-mail, mas quem tiver interesse eu dou no final da apresentação.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



4035-II

Ses. Esp. 19/10/12

Or. Deputado Josias Gomes

Sessão Especial tratamento dos resíduos sólidos e ambiente saudável.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr^a Márcia.

O deputado Josias Gomes vai precisar sair para uma audiência e, conseqüentemente, vai levar os dois prefeitos eleitos, porque já estão preocupados com o seu município. Vou passar a palavra, ele vai fazer só uma saudação para a nossa plenária bastante participativa.

Quero registrar a presença do vereador Rômulo, que acabou de ser eleito pelo município de Canudos. Ele acabou de ser eleito e está bem cheio de energias e de boa vontade de trabalhar neste município. Salve salve Canudos, a terra de Antônio Conselheiro. Inclusive, hoje e amanhã, está acontecendo a romaria, até domingo. Ainda quero chegar lá para abraçar o nosso povo sertanejo.

Passo a palavra para o deputado Josias Gomes e logo em seguida para nossa defensora pública.

O Sr. DEPUTADO JOSIAS GOMES:- Bom dia a todos e a todas. Na verdade, vim aqui, hoje, porque este tema é muito importante. Gostei muito de ter tido a presença de jovens da Rede Pública Estadual, porque isso ajuda que a mentalidade ambiental vá se perpetuando cada vez mais.

É evidente que foi necessária uma legislação, ainda que tenha demorado tanto tempo no Congresso Nacional para ser aprovada, que foi significativa como tem sido todas as leis que o Congresso Nacional e as Assembleias têm aprovado no sentido de valorizar cada vez mais o meio ambiente.

O debate está muito bom, gostei da apresentação dos dois companheiros, da companheira da Conder. Vou ter que sair agora com os dois prefeitos, mas meu espírito está imbuído de muita responsabilidade com este setor que é a certeza de que nós vamos ter um futuro cada vez mais brilhante para o nosso País e seus Habitantes.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Um grande abraço a todos e parabéns a nossa deputada Fátima Nunes. (palmas.)
(Não foi revisto pelo orador.)



4036-II

Ses. Esp. 19/10/12

Or. Karine Guedes

Sessão Especial tratamento dos resíduos sólidos e ambiente saudável.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Obrigada, deputado Josias Gomes. Passo a palavra a Dr^a Karine Guedes, promotora do Ministério Público.

A Sr^a KARINE GUEDES:- Bom dia a todos. Gostaria de agradecer o convite, deputada. Peço licença à Mesa, para saudar a todos através da sua pessoa. Essa é uma excelente iniciativa. É importantíssimo nós conversarmos sobre resíduos sólidos.

Peço que coloquem a apresentação, mas vou ficar um pouco independente dela, em razão do público que temos aqui hoje. Metade da Casa de jovens, como foi dito por Márcia, e não posso perder essa oportunidade para falar um pouco dos Ministério Público para que todos entendam o papel dessa instituição que é a voz da sociedade.

Para que o Ministério Público existe? É uma instituição que defende os interesses difusos, homogêneos, coletivos da sociedade. Que interesses são esses? São interesses que não têm dono. Um dos interesses defendidos é o meio ambiente. Alguém aqui pode me dizer quem é dono do meio ambiente? É o João, o José, a Maria? Todos nós somos donos, pertencemos ao meio ambiente. Então, é algo que depende de uma grande defesa de todos. A Constituição diz que todos nós somos responsáveis pelo meio ambiente. E essa discussão dos resíduos sólidos está inserida no meio ambiente.

Os resíduos têm a capacidade, quando dispostos indevidamente, de afetar o meio ambiente e a saúde de todos nós. O lixo afeta os recursos naturais, a água, o solo, as florestas; afeta a saúde de várias maneiras, deixando a população doente, atrapalhando a qualidade de vida. Então é um assunto de extrema importância. Temos um projeto de lei, de autoria da deputada, que fala sobre os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, e esse é um dos temas importantes, pois envolve toda a problemática dos resíduos sólidos.

Vamos falar um pouco disso. O Ministério Público, dentro desse dever de defender a sociedade, tem de cobrar das autoridades a implementação de políticas públicas adequadas.



É por isso que estamos aqui; é por isso que a Constituição e a legislação dão meios ao MP para cobrar daquele que tem de fazer.

No caso dos resíduos sólidos, quem tem de fazer alguma coisa? Quem tem a obrigação de fazer a disposição final adequada? Quem cuida de um serviço público? Os municípios. Cabe a eles esse dever do manejo dos resíduos.

É bom que definamos isso no primeiro momento, para saber que no final das contas alguém deverá ser cobrado. Mas é só um resíduo, então está tudo ótimo. Pego, utilizo meu produto dentro de casa, descarto o lixo, não quero mais saber dele, porque é malcheiroso e quero mais é descartá-lo. Pensamos que devem cuidar disso, ou seja, alguém vai passar pela porta da nossa casa, pegar o nosso lixo e está tudo resolvido. Não é bem assim. Como eu falei, todos nós somos responsáveis pelo meio ambiente. E no caso dos resíduos, para que não tenhamos o meio ambiente e a saúde pública afetados, todos nós devemos contribuir.

Lixo não é algo que tenhamos de desprezar, de afastar e pronto. Temos de ter a consciência da seleção desse resíduo, temos de ter a consciência também de que os resíduos sólidos representam um bem econômico.

Então, o lixo não é para descartar e pronto. Ele pode representar valor a muitas famílias, a muitas pessoas. Os catadores têm essa função especial de fazer o que muitos não fazem, isto é, meter as mãos naquela coisa suja, malcheirosa, e separar o que pode ser reutilizado e tratado.

O Ministério Público, dentro da nova perspectiva de lei que tivemos há poucos anos com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos – que nem é tão nova assim, pois já fez aniversário de 2 anos... Pois bem, essa lei fala que os resíduos sólidos têm de ser tratados como um bem econômico, fala responsabilidade do titular do serviço público do município, fala da responsabilidade da sociedade, fala da responsabilidade do setor empresarial, das empresas, dos grandes produtores de resíduos.

Também fala da inserção social dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.



O que é que o Ministério Público tem a ver com tudo isso? Uma das funções do Ministério Público é, justamente, ver uma política ambiental relacionada a resíduos sólidos que seja a contento, não cause danos à saúde pública ou ao meio ambiente. O Ministério Público está tratando dessa questão utilizando-se dos meios de articulação com o Poder Público e também deverá trabalhar a conscientização na sociedade.

Na verdade, o Ministério Público terá o dever de cobrar, que, muitas vezes, é complicado. O dever de cobrar a quem tem responsabilidade. Serão cobrados: a sociedade, o setor produtivo e os governos municipais. Não queremos fazer isso apenas pelas ações civis públicas, com ações da Justiça para condenar, como também o caminho da articulação e do trabalho em parceria. Por isso que trago a vocês o Programa Institucional de Resíduos do Lixão à Gestão Sustentável, justamente, é o que a lei fala.

A lei tenta tratar o problema como um todo. Ela não diz, simplesmente, que a questão de resíduos diz respeito ao município, serviço local, que é o titular desse serviço. Ele que se vire! Vamos construir aterros! A experiência brasileira mostra - como Márcia já falou aqui - que nos aterros sanitários se não houver a participação de todo mundo virarão um lixão. Então, não há para onde correr! Temos que trabalhar no controle. Temos que controlar os resíduos sólidos produzidos.

Vamos buscar tomar água em caneca nos nossos trabalhos, nos nossos ambientes, na escola. Leve uma garrafinha e enche-a. Vamos produzir menos copos descartáveis. Essa é uma medida muito simples e pode ajudar na redução da produção de resíduos. Estou reduzindo os resíduos que vão para aquele lixo. Controlo o resíduo, também, quando o catador separa-o e posso reutilizá-lo ou reciclá-lo. Então, esse é um controle que diz a lei ser necessário existir. Imaginem, quantos resíduos sólidos são produzidos por nossas atividades cotidianas?! Para onde é que eles vão?! É a primeira reflexão temos de fazer!

Então, a lei fala de tudo isso: controle na geração e na destinação dos resíduos. Depois que produzimos todos os resíduos, eles foram separados - o catador foi lá, pegou, separou, tratou, reutilizou o que for reutilizável-, existe aquele produto que não dá mais para



usar, para tratar, nem para nada, isso que é rejeito perante a lei. Isso, realmente, não há jeito. É preciso dar uma destinação final.

Qual é a destinação? Aterros sanitários ambientalmente adequados. Não é um aterros que faz um buraco, joga o lixo e joga terra por cima. Não é isso! Ambientalmente adequado significa que há uma série de critérios técnicos, precisam ser seguidos para que aquele resíduo aterrado não contamine o solo, não fique afetando a saúde das pessoas. Enfim, há uma série de critérios técnicos que os engenheiros sanitaristas e ambientais podem dizer muito melhor do que eu.

O papel da sociedade é muito claro no sentido de que nas suas residências, em seus trabalhos, cada um faça a seleção desse resíduo. Tudo isso tem que estar muito bem regulamentado pelo Poder Público. Além da lei nacional e da lei federal que devemos seguir, temos que ter uma legislação estadual.

Quero destacar aqui o que foi dito por Renavan, deputada, da necessidade, da importância de termos a nossa política estadual de resíduos sólidos. O projeto de lei que está sendo discutido, de apoio às cooperativas, às associações de catadores, tem como um dos requisitos, Sr. Ubiratan, que sejam formadas por pessoas que tiveram aquela origem. Isso tem de ficar muito claro.

Quem está inserido na política estadual de proteção desses catadores e os seus incentivos? Temos de tratar esse todo, caso contrário ficará incompleto. Dentro dessa política, dessa regulamentação, poderemos ter definido o papel de cada um, o papel dos catadores, o papel da sociedade, o papel das grandes empresas, o papel de cada um dos entes do poder público.

Estamos tendo a oportunidade de vivenciar essa política estadual de resíduos sólidos, temos um anteprojeto que já foi encaminhado para a Casa Civil e logo virá para esta Casa Legislativa. Devemos buscar esse aperfeiçoamento legislativo no sentido de que todos nós tenhamos definidas todas as nossas obrigações aqui no Estado da Bahia, o que facilitará e muito a atuação do próprio Ministério Público ao dar voz à sociedade e cobrar de quem deve ser cobrado.



O que o Ministério Público está encarando? Além de todos esses aspectos, uma das coisas que cada promotor de justiça irá buscar no seu exercício é que haja uma conscientização, uma educação ambiental, para que a população, a sociedade, se aproprie da sua responsabilidade. A questão da regulamentação nos municípios, a política nacional fala que cada município tem de ter o seu plano. Não tem como, na área de resíduos sólidos, com a complexidade que envolve o tratamento e a destinação desses resíduos, cada um fazer do jeito que quiser. Tem de ter um plano, temos de ter uma regulamentação dentro de cada município. Além da política estadual de resíduos sólidos que falei, é importante que cada município saiba que é uma responsabilidade, uma obrigação que está sendo apoiada pelo Estado. São pontos principais que gostaria de destacar.

Renavam já falou pela Sedur, Márcia falou pela Conder. Existem programas, existem projetos, e hoje temos dinheiro federal para auxiliar na elaboração de planos municipais em algumas dezenas de municípios do Estado da Bahia.

Agora falarei do programa institucional do Ministério Público. Quando o Ministério Público fala em não trabalhar em articulação, está trabalhando em parceria com os demais órgãos para que o promotor de justiça, dentro de cada município, veja o problema que tem para resolver: manejo inadequado de resíduos, falta da implementação do plano municipal de resíduos, o que a Sedur está fazendo, o que a Secretaria do Meio Ambiente está fazendo, o que a Conder está fazendo, e cobrar do prefeito.

É um dever e tem de ser feito, por um bem muito maior pois a questão dos resíduos afeta a todos nós. Não dá mais para deixar isso sem ser conversado e resolvido. Agora que já têm dinheiro empenhado para alguns municípios, não há nem aquele problema do município pequeno dizer que não tem dinheiro para resolver essa questão. Estamos tentando unir todas as forças e, realmente, resolver a questão.

Dentro desse modelo de atuação, temos esse programa que vai acompanhar a elaboração de planos em 55 municípios do Estado da Bahia. Num primeiro momento, vamos trabalhar com duas regiões, a Região Metropolitana de Salvador e o Litoral Sul, composto por 26 municípios. Dentro desse programa, o papel será a efetiva exigência do cumprimento



de acordos firmados, vamos tentar firmar acordos com os prefeitos para que cada um se aproprie de sua responsabilidade, minha responsabilidade é essa, farei isso e aquilo. Vamos exigir o cumprimento desses acordos, que são os termos de compromisso de aditamento de conduta, que são os TACs.

A vigilância quanto a devida aplicação dos recursos públicos na área: vocês viram quantos milhões estão vindo da União? Lembram que eu felei do papel do Ministério Público? Além do meio ambiente, outra coisa que deve ser tutelada, defendida pelo Ministério Público é a probidade administrativa; é o uso devido dos recursos públicos. Quando não há esse uso devido; quando ocorre o desvio cabe ao Ministério Público ingressar com as ações de responsabilização por ato de improbidade administrativa, ações penais. Uma série de busca de responsabilizações para que o dinheiro público que é todos nós, que sai dos nossos bolsos, seja devidamente aplicado.

Então, essa é, também, uma preocupação nossa porque não é pouco dinheiro, é muito dinheiro. Independentemente de haver uma corrupção, ou seja, um agente público recebe aquele dinheiro e coloca dentro do bolso em vez de prestar o serviço para a sociedade.

Quando se trata de resíduos sólidos, não temos que pensar nisso. O que nós podemos pensar? Que há uma má aplicação de recursos públicos. Eu pego aquele dinheiro e faço direitinho o aterro. Só que não penso em coleta seletiva, nos catadores e em todas as outras questões que devem nortear esse problema. E o aterro sanitário que foi construído com o dinheiro público vira lixão. Nosso dinheiro foi bem aplicado? Essa também é uma preocupação do Ministério Público.

E o estímulo ao envolvimento da sociedade civil e do setor produtivo alertando sobre direitos e deveres é aquilo que falei, vamos atentar para contribuir com a conscientização da sociedade para que cada um faça o seu papel e também do setor produtivo, dos grandes produtores de resíduos. Por exemplo: um grande supermercado que tem uma geração de resíduos de grande volume deverá possuir um plano de gerenciamento



de resíduos. Portanto, o Ministério Público vai tentar alertar para os direitos e deveres desses setores da sociedade.

Devo salientar para a inserção social dos catadores. Este é um aspecto que será visto pelo Ministério Público.

Portanto, a atuação pretendida no modelo que propomos nessas duas regiões, no estado da Bahia, é a abordagem conjunta com as demais instituições. Os promotores de justiça serão apoiados por uma Câmara Temática de Saneamento, dentro do Ministério Público, que hoje é composta por três promotores de justiça, incluindo a minha pessoa. Temos aqui a Dr^a Cristiane Tosca, engenheira sanitária e ambiental que também faz parte dessa câmara. Nós daremos o suporte técnico aos promotores de justiça que estarão no interior.

Vamos tentar uma atuação homogênea, dentro do Ministério Público, fazendo tudo no mesmo tempo, da mesma forma. Buscar a integração dos promotores de justiça e o acompanhamento na formação dos consórcios públicos, que já foi dito aqui por Renavan. Dentro desse processo vamos realizar audiências públicas, usando instrumentos legais de cobrança.

Esse programa foi abraçado pela instituição, ou seja, pelo Ministério Público do Estado Bahia através do procurador geral de justiça. Nós temos uma equipe de gestão estratégica coordenada pelo promotor de justiça Marcelo Guedes.

Na equipe da Câmara de Saneamento temos: três promotores; uma assessoria jurídica com engenheira sanitária.

Eu quero deixar, deputada, à disposição o Ministério Público para participar de todas as discussões envolvendo os resíduos sólidos.

Quero parabenizá-la mais uma vez pela iniciativa. É algo imprescindível e necessário para nossa sociedade. Sem essa discussão, sem que todos nós nos apropriemos dessa ideia de que é um assunto nosso, não só da deputada, da promotora e do prefeito, mas de todos.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Quero deixar a todos aqui o meu agradecimento pela atenção. Muito obrigada pelo convite, mais uma vez, e encerro a minha fala.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr^a Karinny Guedes.
(Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



4037-II

Ses. Esp. 19/10/12

Or. Fabiana Almeida de Miranda

Sessão Especial tratamento dos resíduos sólidos e ambiente saudável.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- A gente sabe que o tempo corre contra nossa boa vontade em fazer um debate mais amplo, agradeço mais uma vez à professora Jô e a todos os alunos do colégio Rômulo. Sei que vocês têm horário, tenho certeza de que serão convidados e também quando tiverem interesse de que esta deputada vá até à escola de vocês, podem me convidar que estarei presente.

Acredito muito na força viva da sociedade participando e construindo esse tempo que vivemos. Esta Mesa que convidei, agradeço já de antemão por todos terem vindo, representa isso a sociedade civil e os Poderes Executivo e Legislativo atuando em defesa do nosso meio ambiente e da nossa vida.

O Secretário do Meio-ambiente do município de Lauro de Freitas está perguntando se tem 5 minutos para assistirmos ao vídeo, que é muito importante. Vocês é que sabem se dá tempo, se der, joga na tela. Depois a gente continua, mas já fica as saudações e os agradecimentos a todos neste momento.

Quero registrar a presença de Francisco José dos Santos, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Nova e Vera Cruz.

(Procede-se à continuação da exibição do vídeo.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Agradecemos muito ao nosso secretário de Recursos Hídricos de Lauro de Freitas, Jorge Araújo. Só interrompemos por conta do tempo, mas o conteúdo é excelente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Passo a palavra à Dr^a Fabiana, defensora pública.

Ainda falarão o Dr. Ubiratan e Lezineide.

A riqueza do tema é muito grande. Normalmente, uma manhã é insuficiente, até porque também temos a dificuldade de começar exatamente no horário marcado.



A Sr^a FABIANA ALMEIDA DE MIRANDA:- Bom-dia, senhoras e senhores. Gostaria de agradecer à Mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes. Em nome da Defensoria Pública do Estado da Bahia, deixo aqui o meu muito obrigada pelo convite.

Gostaria de fala um pouquinho sobre a Defensoria Pública, destacando os seus objetivos institucionais: a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais. É um órgão que tem como principal objetivo, hoje, a promoção dos direitos humanos.

E o que significa promover direitos humanos? Significa efetivar, diligenciar, tirar do papel, e é esse nosso objetivo principal. É por isso, principalmente, que as Defensorias Públicas existem. A função institucional delas é a de atuar em defesa do exercício de direitos, de grupos sociais e de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Direitos humanos são um conjunto de direitos civis, políticos, socais, econômicos e culturais universais e indivisíveis. Todo ser humano tem direito à liberdade de expressão, à educação, à saúde, à moradia, à dignidade. E é esse o papel da Defensoria Pública.

Os catadores de materiais recicláveis enfrentam situação de extrema pobreza, o que leva à exclusão da cidadania e do acesso aos direitos. Estão em situação de vulnerabilidade. Há uma violação sistemática e constante dos direitos humanos dessas pessoas. Não têm direito à moradia regular, à educação pública adequada, à saúde pública, à dignidade no seu próprio ambiente de trabalho, óbvio.

Os catadores de materiais recicláveis são um público-alvo imprescindível e fundamental para a Defensoria Pública. O problema é que a Defensoria Pública tem poucos defensores. A maioria das comarcas das cidades do interior não têm defensor público. E, obviamente, em todas essas cidades há violações de direitos humanos, constantes, e, recentes, como o muito noticiado caso de Monte Santo, no Fantástico. Eu duvido que isso tivesse acontecido se houvesse um defensor público naquela comarca.

Eu queria aproveitar a oportunidade para pedir à deputada que interceda junto ao governador do Estado da Bahia para que nomeie mais defensores públicos que passaram no último concurso, justamente para que possamos, nas comarcas, nos municípios, tendo um



maior número de defensores, garantir dignidade e direitos às pessoas mais desfavorecidas. Não é isso Ubiratan?

Possibilidade de atuação da Defensoria Pública junto aos catadores de materiais recicláveis. Porque o objetivo da Defensoria Pública... Claro que tem a questão do meio ambiente, dos resíduos sólidos, mas o foco nosso é a pessoa, são os catadores e a melhoria da vida deles, principalmente a efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal e em todas as leis: na política nacional, na política estadual, decretos... Este é o nosso objetivo: a pessoa.

Então, as possibilidades da atuação da Defensoria Pública são justamente efetivar a inclusão social e a emancipação econômica dos catadores – a questão do direito ao trabalho, o direito ao trabalho digno. Aqui eu falo um pouquinho sobre a questão da política nacional de resíduos sólidos, sobre a questão de financiamentos, o Estado, no caso, o município e a União devem dar em relação a integrar os catadores com a questão da responsabilidade compartilhada pelo meio ambiente, a questão da educação, a questão do financiamento, a questão do acompanhamento na formação de associação e cooperativas... Tudo isso é trabalho que a Defensoria Pública deve fazer em prol dos catadores.

A importante atuação da Defensoria Pública em prol da retificação da pobreza em que se vêm mergulhados os catadores, está na exigência da efetividade dessas medidas, a efetivação dos direitos, seja através do empoderamento do movimento nacional dos catadores e na concretização sempre dos direitos... Eu sei que estou sendo repetitiva, mas é porque isso é trabalho da Defensoria Pública, é isso que fazemos, efetivamos os direitos, tiramos os direitos do papel. A nossa atuação com os catadores deve ser uma atuação mais coletiva, ou seja, temos que nos reunir com o grupo, formar associação, pegar a associação e, junto com ela, fazer esse trabalho. E esse trabalho pode ser feito e deve ser feito de forma extrajudicial, comparecendo às reuniões no aspecto de assistência jurídica do pessoal e, também, se for o caso, promovendo medidas judiciais, inclusive termo de ajustamento de conduta.



A questão da coleta seletiva, que é um dever de todas as pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado que gerem resíduos sólidos. Então, é papel também da Defensoria Pública ir até esses órgãos exigir que façam essa coleta, e que essa coleta seja destinada à associação e cooperativas de catadores.

Para finalizar, gostaria de falar, novamente, sobre os direitos sociais e o papel da Defensoria Pública em fazer uma conscientização em direitos humanos junto aos catadores, possibilitar o acesso ao direito à moradia – nós temos um núcleo fundiário, que trata da regularização da habitação e moradia para fazer isso. Quanto à questão do direito à saúde, nós temos o Núcleo de Saúde, porque, obviamente, a situação de trabalho enfrentado pelos catadores é das mais degradantes e desumanas. A questão de insalubridade gera problemas de saúde. Não temos uma saúde pública com leitos suficientes e adequados para atender a toda a população pobre, infelizmente.

Temos um Núcleo de Saúde, justamente, para que quando a saúde não é oferecida pelo estado ou pelo município por falta de vaga ou porque não está conseguindo marcar consulta, nós fazemos este trabalho, seja extrajudicialmente, seja através de medidas judiciais. Contribui-se, assim, para a garantia da dignidade da pessoa humana.

Era só isso. Obrigada. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr^a Fabiana.

(Não foi revisto pela oradora.)



4038-II

Ses. Esp. 19/10/12

Or. Ubiratan Santa Bárbara

Sessão Especial tratamento dos resíduos sólidos e ambiente saudável.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Vamos, agora, ouvir o nosso Ubiratan. Como já disse antes, o nosso tempo está quase se encerrando. Nós temos, ainda, a Dr^a Lezineide Andrade Mendonça da Limpec e, depois, terminaremos. Peço só mais um pouco de paciência.

Com a palavra o Sr. Ubiratan Santa Bárbara, representante da Comissão Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

O Sr. UBIRATAN SANTA BÁRBARA:- Bom-dia a todos e a todas. Obrigado, deputada, pelo convite. O trabalho está sendo feito, graças a Deus. Há uma coisa que quero deixar bem consciente na cabeça de vocês. Nós, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, estamos travando uma luta muito grande em nível nacional e, também, em nível latino-americano. Atendendo à lei de resíduos sólidos, abriu-se um espaço para as usinas de incineração. Esta é uma tecnologia arcaica e prejudicial à saúde, que está vindo da Europa e Estados Unidos para dentro do Brasil.

O que é isso? As prefeituras estão sendo levadas pelos lobistas para implementação dessas novas usinas. E essas usinas são para queimar material reciclável. Mas nós estamos com a Lei de Resíduos Sólidos e com a Lei Florestal. No entanto, estão vindo para o Brasil essas usinas de incineração. Estamos com problemas em Brasília e no Rio de Janeiro. E, com certeza, vamos ter, também, problemas aqui no estado da Bahia em alguns municípios, porque alguns prefeitos também estão querendo trazer essa tecnologia aqui para dentro de nosso estado.

O que é isso? Tem países na Europa que estão comprando lixo para sustentar essas usinas. E o movimento nacional está na luta para que o governo bote a mão em cima desse processo, porque do jeito que estamos vendo, a coisa vai pegar. Já existem 600 usinas de incineração para se instalar no Brasil.



E há uma coisa importante a se falar. Existe uma bactéria que, quando é enterrada dentro do lixo, alguns antibióticos fazem efeito. Porém, depois da queimação do material reciclado, essa bactéria não tem jeito. Não existe remédio para matar essa bactéria.

Há uma outra coisa que ressalto aqui também. Trata-se da questão dos direitos humanos que são violados pelas prefeituras e pela sociedade em relação aos catadores. Hoje, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis tem a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, instituído do governo federal, e foi implantado para esse tipo de coisa. Hoje, temos o Ministério Público do Estado da Bahia também nesta luta. Obrigado por atender à nossa luta.

O que acontece? A maioria do lixão do estado da Bahia está sendo fechada. E os prefeitos não estão dando condições nenhuma aos catadores ao botá-los para a rua. Não estão dando acesso ao Projeto Minha Casa Minha Vida.

Existe um processo lá de Ilhéus que já entreguei. Tive de viajar no mês passado, na luta, porque iria ser fechado o lixão. O prefeito queria botar todo mundo para a rua, sem direito ao Projeto Minha Casa Minha Vida, sem galpão e sem a coleta seletiva ser implantada.

Então, tive de sair daqui urgentemente. Passei sete horas no ônibus. Saí daqui às 11h da noite e cheguei às 7h da manhã para intervir, explicar ao prefeito e aos prefeituráveis, que estão aí, àqueles que fazem política, porque, em 2004, quando a gente fez o primeiro encontro Estadual da Bahia que contou com a participação de 22 municípios, levando para os prefeitos a ideia de montar a rede Cata Bahia, só seis municípios aceitaram as ideias do movimento.

Para vocês verem como a coisa é complicada, primeiro começamos com os municípios, mas ninguém aceitou. Quem aceitou a nossa proposta, a nossa ideia de política foi o governo federal. Então, gostaria de agradecer à Casa, a todos que estão aqui e, principalmente, ao governo federal, a esse governo que está aí, que foi o único que aceitou a política dos catadores. O único ser humano que olhou pelos catadores foi o presidente Lula do PT.



Muito obrigado. Espero que a gente se encontre novamente. (Palmas) Espero que essa Lei de Resíduos Sólidos seja cumprida, que a sociedade tenha mais entendimento e que os governos façam a sua parte.

As empresas já estão preocupadas. Estive no mês de agosto em São Paulo, onde as grandes empresas estão preocupadas com a Lei de Resíduos Sólidos. Por incrível que pareça, eu estava em Suzano. Uma semana depois, o pessoal da *Walmart* procurou a minha cooperativa, a Caec, para saber como ficaria a cooperativa com relação à empresa. Porque é assim, gente: nós podemos montar essa coleta seletiva, mas a maioria das cooperativas não estão preparadas, pois são muito pequenas, não possuem maquinários, não existe incentivo fiscal e não existe caminhão para fazer coleta. Espero que o governo do Estado, junto com as prefeituras, coloque suas secretarias para trabalhar em prol dos catadores e do lixo.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Ubiratan, pela sua contribuição.

(Não foi revisto pelo orador.)

**4039-II****Ses. Esp. 19/10/12****Or. Lezineide Andrade Chagas****Sessão Especial tratamento dos resíduos sólidos e ambiente saudável.**

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Teremos, no mês de novembro, depois do segundo turno das eleições, outras audiências na Comissão de Meio Ambiente e, certamente, todos os senhores, tanto representantes do Poder público, quanto da sociedade civil organizada, estarão convidados para debater essa lei.

Queria também anunciar que, aqui, na Casa, dei entrada num projeto de lei que eu já coloquei vários nomes, a exemplo de Bônus Verde e 13º do Catador. No meu entendimento, a política pública do Estado deve reservar um fundo para, no final do ano, dar um 13º salário para aqueles que, durante todo o ano, trabalham limpando e cuidando das nossas vidas, cuidando da vida da sociedade. A sociedade, no final do ano, tem a obrigação, da mesma forma como acontece com outros trabalhadores que recebem o 13º, de também repassar esse recurso que pode ser chamado de 13º, que pode ser chamado de bônus ambiental ou de um nome bem característico com a sua função, porque, realmente, eles têm o mesmo valor do médico e do cientista. Eles cuidam das nossas vidas, cuidam da saúde, portanto, é necessário que sejam agraciados com as condições de sobrevivência, com uma vida digna todos os dias, como defendeu a nossa defensora. A sociedade, que paga outros impostos para outras coisas, que às vezes toma muito cerveja e joga a lata na rua, que às vezes fumam muito cigarro engolindo veneno, a nicotina, também deve contemplar os que cuidam e tratam das nossas vidas.

Esse projeto está, aqui, na Casa. Como o projeto mexe com o Orçamento, não é da competência dos deputados, pelo nosso Regimento Interno e pela Lei Municipal, mas eu quero tratar disso com a Secretaria e com a Casa Civil para ver se a gente consegue incluir uma emenda nesse Plano de Recursos Hídricos, de resíduos sólidos que está sendo tratado e quem vem para esta Casa.



Para finalizar a nossa sessão, mais uma vez, agradeço a todos. Queria parabenizar a Secretaria do Meio Ambiente por essa campanha excelente, inclusive nosso mandato participou, que foi o Catazoo para cuidar da saúde dos animais do zoológico. Queria parabenizar também esse conjunto de instituições parceiras do Programa da Coleta Seletiva de Camaçari, está aqui a nossa representante. Quero dizer que todas as iniciativas, por isso que convidamos a cooperativa de Itiúba, e daqui a pouco vai tratar do assunto já com os nossos técnicos da CAR, que estão ali aguardando, para que realmente façamos o trabalho integrado daqueles que têm a boa vontade, que se colocam no voluntariado, com o apoio institucional dos governos federal e estadual.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra a Dr^a Lezineide, da Limpec de Camaçari.

A Sr^a LEZINEIDE ANDRADE CHAGAS:- Bom-dia a todos. Inicialmente, quero saudar a deputada Fátima Nunes e agradecer por ter convidado Camaçari para participar desta sessão especial. Saúdo os demais membros da Mesa; a Dr^a Márcia, que representa o nosso Conselho de Administração da Limpec, que é da Conder; os demais Lauro de Freitas; o Ministério Público; a Defensoria Pública; nosso amigo catador. Enfim, saúdo todos os convidados.

É uma pena não termos mais aqui o pessoal da escola, os jovens, porque o quero mostrar aqui de Camaçari, hoje, é diferente do que ouvimos de muitos palestrantes. Aquela coisa de que às vezes não funciona, etc., mas temos outro exemplo em Camaçari. A própria Dr^a Márcia é testemunha de que o nosso aterro sanitário funciona há quase 32 anos, fez parte de uma proposta da Conder.

Na verdade, é um aterro sanitário integrado Camaçari/Dias D' Ávila, mas quem o carrega, hoje, é Camaçari. Atende vários municípios da Região Metropolitana, e temos lá excelentes exemplos de gestão de resíduos sólidos e também dos serviços de manejo dos resíduos.

O prefeito Caetano, nestes 8 anos, não mediu esforços para ajudar a Limpec, que é uma empresa pública. Ela tem uma arrecadação por serviços prestados ao Polo



Petroquímico, a outras prefeituras e também a empresas particulares. Trabalhamos com três tipos de resíduos: resíduo classe 1, que é o de saúde... Na verdade, temos hoje uma Central de Logística Ambiental; na época que foi disponibilizado pela Conder, o chamávamos de aterro sanitário, hoje chamamos de Central de Logística Ambiental, na medida em que levamos para lá o tratamento de diversos resíduos. E fazemos essa gestão de modo bastante responsável.

É um aterro licenciado. Recentemente renovamos a nossa licença por mais 5 anos. Estamos em fase de conclusão de construção de uma nova célula para recepcionarmos cerca de 1 milhão e meio de metros cúbicos de resíduos. Então teremos a oportunidade de recebermos por mais 5 anos esses resíduos. E esse fato acontece no último ano de gestão do prefeito Caetano. Em outros tempos chegamos a ver o aterro sanitário com a licença vencida e completamente dominado por catadores. Hoje ele está funcionando em perfeitas condições.

Isso é gestão pública, é muito importante dizer isso. Há o exemplo que a Dr^a Márcia deu de Ilhéus. Acho que os prefeitos que estão aqui devem tomar isso como referência, porque é possível, sim, acontecer uma gestão pública. Claro que, às vezes, as pessoas falam que Camaçari é uma cidade rica. Ora, mas também é uma cidade grande, com mais de 248 mil habitantes, com uma extensão territorial maior que Salvador. E com a peculiaridade de ter uma orla marítima, um polo automotivo industrial e a sede. Então, a gente também tem uma dificuldade enorme na gestão e manejo desses resíduos e no tratamento deles.

Então, com toda essa riqueza custa caro, mas o município é grande, tem uma população que vem crescendo cerca de 10 mil habitantes, quase, a cada ano, nesses últimos 08 anos de gestão de Caetano o município cresceu 80 mil habitantes, então, é difícil, mas é preciso ter a boa vontade dos gestores não medir esforços em investir, porque os serviços de manejo dos resíduos é caro, não é barato, se for pra ser bem feito, se for para os municípios trazerem seus aterros sanitários funcionando perfeitamente custa caro, claro que na sua proporcionalidade, de acordo com o tamanho de cada município a geração de resíduos.



E daí a gente tem, hoje, na nossa central de logística, tratamentos diferenciados para resíduos, e com isso a gente está conduzindo já no sentido de atender à política nacional, porque a política nacional para a gente hoje vamos trabalhar a questão da minimização dos resíduos no aterro e a questão da inserção das cooperativas, que no município de Camaçari apenas uma cooperativa é regular e estamos buscando a formação de novas cooperativas, justamente para que esses resíduos recicláveis sejam passados para as cooperativas.

Temos um programa de coleta seletiva implantado desde setembro de 2011, que é esse panfleto que deixamos aí para o pessoal. Nós trabalhamos uma educação ambiental fortíssima nas escolas, nas comunidades, vamos nas empresas, discutimos o plano de gestão de resíduos sólidos com as empresas, estamos firmando parcerias com as empresas para que os resíduos saiam das empresas e vão diretamente para as cooperativas.

Então, tem uma crescente desse polo automobilístico em Camaçari que está gerando muito resíduo, inclusive estava conversando com a Dr^a Fátima Gutierrez, que é da CAR, que precisamos buscar novas alternativas para fomentar essas cooperativas, porque só simplesmente viver do material reciclável prensado é difícil para elas. Então, precisamos trazer um novo valor agregado a esses resíduos para que possamos buscar alternativas de beneficiamento desses resíduos e eles realmente estejam em uma condição de uma renda maior.

Não conheço a proposta da Dr^a Fátima do recurso para o catador, que é o que a senhora chamou de 13º, quero ter acesso para ler, porque em Camaçari venho elaborando comigo mesma e discutindo, já discuti com alguns vereadores, para que seja feita uma proposta não só de uma ajuda de 13º, não quero chamar de bolsa para não ficar a coisa do bolsa-família, bolsa isso, bolsa aquilo, mas uma renda para esse catador, por um determinado tempo que ele esteja na cooperativa, até que essa cooperativa se fortaleça, se fomente e possa seguir adiante.

Então, essa é uma proposta que pode ser, sim, discutida, acho que os deputados e os municípios, porque os municípios precisam bancar. Acho que precisa haver um recurso do



Estado para dar um reforço, mas os municípios precisam também custear, porque essa coleta hoje acontece paga, a maioria dos municípios trabalham com serviço terceirizados e pagam, o município de Camaçari, por exemplo, a coleta e a varrição é feita por empresa terceirizada, então, se os municípios têm condição de pagar por tonelada para se tirar os resíduos e jogar no aterro, o município também pode destinar uma parte desse recurso para ser pago às cooperativas para fazer esse trabalho.

Então, essa é a bandeira que estamos levantando em Camaçari, já formamos uma nova cooperativa em Arembepe, só até então existia uma em Camaçari, lá na sede, e vamos buscar nos distritos, em cada um deles que a gente encontrar grupos de trabalho, inclusive os condomínios do *Minha Casa, Minha Vida* com um grande número de habitantes, de residências, estamos buscando levar e discutir com a Caixa Econômica, com a prefeitura para que esses espaços sejam construídos dentro da própria área do condomínio, ainda que seja como um ponto de triagem para esse material ser remetido para as cooperativas. E aí a gente conduz essa proposta do nosso amigo de Lauro de Freitas, pelo menos uma parte, para que possamos construir cidades sustentáveis.

Sabemos que os marcos regulatórios estão aí, a Lei de Saneamento Básico é de 2007, e ela já tratava da universalização do acesso aos serviços de água, esgoto, saneamento, no geral, inclusive, incluindo os resíduos sólidos, isso é de 2007, mas se fizermos um apanhado, hoje, veremos que pouco mudou, a lei é de 2007.

E aí veio, em 2010, a política nacional, que eu vejo como principais objetivos da política essa gestão compartilhada, que aí, nós, cada um gerador do resíduo, tem uma responsabilidade sobre esse resíduo, o poder público tem a parte dele e a empresa, que aí é um dos maiores produtores de resíduos desse país - infelizmente a gente precisa dizer que a produção é quem mais gera resíduo -, a gente precisa ter consciência e ter um consumo consciente, sustentável, mas a indústria também gera um grande volume de resíduo e ela precisa pagar por isso. Por isso, também, a gestão compartilhada da empresa, do cidadão e do poder público, de fazer a parte dele.



E o outro viés da política nacional, que é o social, é a gente procurar inserir as cooperativas de catadores, fazer esse trabalho em parceria com eles, buscando, cada vez mais, trazer alternativas para que eles possam, realmente, se sustentar, porque se eu vender um resíduo prensado a 12 reais, 5 reais fica difícil. Então, era bom que tivessem os alunos, para eles conhecerem, saberem que o município de Camaçari tem um aterro sanitário de 480 mil metros quadrados, que atende bem, que hoje faz tratamento de lâmpadas fluorescentes, que recebe telhas de amianto e dá o tratamento adequado, que recebe pneus e faz uma gestão compartilhada com a NIPE.

Então, esses são os nossos trabalhos e gostaria que, se tiver uma outra sessão com essa pauta que a gente possa trazer uma apresentação de slides. Não foi possível, porque foi muito em cima da hora, mas temos muito a mostrar.

Agradeço a todos. Bom-dia. (Palmas)

(Não foi revisto revisto pelo oradora.)

**DL-02****Ses. Esp. 19/10/12**

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr^a Lezineide. Nós sabemos, realmente, que esse tema é amplo, com muitas pessoas comprometidas, cada qual no seu setor, na sua organização, com suas ideias procurando agir, e isso é que tem salvado o planeta, porque se todo mundo somente produzisse eu não sei onde nós, nesse momento, estaríamos escondidos, se atrás das montanhas dos objetos sobranes, da casa do qual nós chamamos de lixo, de recicláveis e de objetos que, realmente, precisam de uma destinação segura. E, quanto menos a gente puder, também, exaurir a natureza para tirar do planeta esses materiais, melhor ainda. Portanto, o reuso é uma coisa muito importante.

Um coisa que, hoje me chama a atenção é que em todos os lugares, por menor que seja o povoado, ou até um assentamento da reforma agrária, ou uma fazenda, ou uma roça qualquer, nós encontramos plásticos, sacolas plásticas espalhadas de todo jeito, algumas já bem comprometidas, sujas, cheias de água, e a gente diz para combater a dengue, e as sacolas estão lá no campo, espalhadas, cheias de água do sereno da chuva.

Então, é um tema bastante amplo e certamente nós vamos voltar a discutir e, dentro dos mecanismos legais e das ações que cada um vai podendo desenvolver, vamos, certamente, melhorar esse nosso planeta, cuidando do tempo presente, para que a gente possa ter um tempo futuro.

Eu agradeço a todos, mais uma vez, e a todas as organizações, as pessoas civis e em nome do Poder Legislativo, agradecendo as presenças civis, militares e eclesiásticas das Senhoras e dos Senhores, dos deputados, da imprensa, o Jornal *A Tarde* que ficou aqui o tempo inteiro, declaro encerrada a presente sessão. (Palmas).